

O EVOLVER DO PROGRAMA CARTA DA TERRA EM AÇÃO

DEBORA PONTALTI MARCONDES
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO UNINOVE

CINTIA ELISA DE CASTRO MARINO

VÍVIAN BATTAINI

O EVOLVER DO PROGRAMA CARTA DA TERRA EM AÇÃO

Resumo

O Programa Carta da Terra em Ação foi concebido pela Prefeitura de São Paulo para possibilitar que os cidadãos desenvolvam análises críticas de situações socioambientais urbanas em seus territórios. Em seus onze anos de história, já formou mais 600 agentes socioambientais que, por sua vez, devolvem ações aos seus territórios, visando transformar São Paulo em uma cidade mais justa e sustentável. Este artigo foi desenvolvido em um quadro de aproximação teórica que reconhece a importância da ativação da cidadania, de programas socioambientais focados nos dilemas do território, e da necessidade de análises críticas e sistemáticas de programas de educação ambiental. O artigo tem como objetivo um estudo aprofundado sobre a trajetória do Programa Carta da Terra em Ação. Para tanto se comprometeu a descrever seu processo de criação e as mudanças ocorridas ao longo de sua história, avaliando a metodologia empregada, os conteúdos abordados e como estes elementos se entrelaçam no fomento de uma cidade mais justa e sustentável. Nota-se que as mudanças ocorridas ao longo das dezesseis turmas garantiram que o programa se mantivesse vivo, se adequando a realidade e ao fomento de uma cidade mais justa e sustentável.

Introdução

Participo, logo existo. Esta curta, porém significativa frase, foi dita por Federico Mayor, na Habitat II, e reproduzida por Jérôme Bindé (2003) ao refletir sobre ser imprescindível uma participação tecida em rede para oportunizar sociedades mais justas e sustentáveis. Anos depois, em 2000, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) acolheu a Carta da Terra por ser “uma expressão de esperança e um chamado” para que os povos da Terra examinem seus valores e escolham um caminho melhor a seguir.

A partir dos valores contidos neste documento-movimento - liberdade, tolerância, igualdade, solidariedade, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada - o educador brasileiro Moacir Gadotti vislumbra, por meio da Carta da Terra, a construção de sociedades e espaços menos competitivos e mais solidários (2010). Neste sentido, o Programa Carta da Terra em Ação¹, conhecido como Carta, foi criado, em 2009, pela Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) da Prefeitura de São Paulo e se configura como um dos principais programas de educação ambiental desta instituição.

Desde sua concepção a UMAPAZ adota a Carta da Terra como documento norteador, por entender que além de um novo documento da área ambiental, a Carta da Terra é sobretudo um *movimento*, com claros princípios de respeito a todas as formas de vida e sólidos valores para se pensar educação ao longo da vida, de maneira integral e transdisciplinar. Segundo a educadora e idealizadora do programa Rose Inojosa, o Carta foi concebido para inspirar, encorajar e guiar o desenvolvimento, por parte dos cidadãos, de análises críticas de situações socioambientais urbanas, a fim de que promovam ações cooperativas em seus territórios (2012). O Programa, por meio de intervenções urbanas, pretende que os cidadãos tornem-se agentes capazes de contribuir para uma mudança nos paradigmas de convívio em São Paulo: uma convivência sustentável e pacífica.

O Carta tem sua inspiração nos valores e compromissos éticos da Carta da Terra e capacitou mais de 600 cidadãos para atuarem como agentes de mudança na comunidade. Ao cursarem a Formação de Agentes Socioambientais Urbanos, estes *Carteiros*, apelido adotado espontaneamente pelos participantes formados pelo Carta, trazem para si a responsabilidade

de serem portadores e levarem os valores da Carta da Terra para suas comunidades, devolvendo à cidade ações socioambientais territorializadas, contribuindo com a chamada política do cotidiano de Biasoli e Sorrentino (2018), onde a participação individual e coletiva se somam às ações do poder público nas decisões do comum. Já o geógrafo Milton Santos (2005) se refere a este espaço objeto e fruto das ações humanas, de território utilizado.

Conforme analisado por diversos autores, programas de educação ambiental baseados em questões locais estimulam engajamento que promovem mudanças positivas no conhecimento, na consciência, nas habilidades e no comportamento dos cidadãos (Brandl, Alvarado, Peltomaa, 2019), encorajando e/ou fortalecendo processos de cidadania ativa. No entanto, algumas pesquisas evidenciam tais benefícios, não explicitando como ou por quais razões eles são produzidos (Stern, Powell, e Hill, 2014). Neste sentido, o presente artigo apresenta como objetivo compreender melhor os processos educativos e as metodologias socioambientais que fomentam estratégias de pertencimento, participação e co-responsabilização, e mobilizam cidadãos em torno de construções conjuntas e colaboração.

Diante deste cenário, onde se reconhece a importância (a) da ativação da cidadania, (b) de programas socioambientais focados nos dilemas do território e (c) da necessidade de análises críticas e sistemáticas destes programas, no presente artigo procura avaliar a trajetória do Programa Carta da Terra em Ação. Para tanto se comprometeu em sistematizar seu processo de criação e as mudanças ocorridas ao longo de sua história, avaliando a metodologia empregada, os conteúdos abordados e como estes elementos se entrelaçam no fomento de uma cidade mais justa e sustentável.

A pesquisa de caráter qualitativo descritivo consiste em um estudo de caso do Carta, procurando *insights* em sua trajetória que levem a entender a atuação deste programa no fortalecimento da cidadania ativa. O método de estudo de caso permitiu estudar o programa em específico, reconhecendo seu valor em si mesmo (Gil, 1991; Ludke & Andre, 2013). Para apreensão integral do Carta, os meios utilizados para coleta de dados foram observação participante (Vallés, 1997), entrevistas e análises de documentos (Ludke & Andre, 2013), como registros pessoais das coordenadoras do programa, e-mails e relatórios da administração pública.

Por meio da análise documental e da observação direta foram identificados os sujeitos-chave a serem entrevistados. Optou-se por entrevistas não estruturadas com servidores que já passaram pelo programa a fim de coletar informações sobre o processo de criação e adaptação do Carta, bem como para identificar significados a partir do ponto de vista dos atores envolvidos no programa. “A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada” (Ludke & Andre, 2013, p.39).

Fundamentação Teórica

A cidade de São Paulo, com quase 12 milhões de habitantes², é a maior aglomeração urbana do hemisfério sul. Em seus 1.521 km², uma população heterogênea sobrepõe, neste território, diferentes histórias e modos de vida, resultando em disputas de narrativas intensas e desiguais. Ao longo de seus 466 anos de história, estas disputas se traduziram em violenta desigualdade social que precisa ser enfrentada por todos que almejam uma cidade mais justa e sustentável.

O convívio destas diversas populações e subculturas, contudo, não pode ser visto apenas como palco de problemas socioeconômicos. Esta rede de interações pode, e deve, ser reconhecida por sua riqueza e como incubadora de inovações, onde as lutas pelo

desenvolvimento humano sustentável devem ser travadas (Klopp & Petretta, 2017). “Cada vez mais, as cidades estão sendo conceituadas menos como problemas e mais como impulsionadoras do desenvolvimento sustentável e de mudanças ambientais globais” (Klopp & Petretta, 2017, p.92).

Neste sentido, incentivar e possibilitar o diálogo social em prol da construção de vontades coletivas, imputa qualidade e viabilidade a um processo socioeducativo que estimule a ativação da cidadania e processos de empoderamento (Silva, 2007). O psicólogo e educador Luiz Sérgio da Silva (2007) argumenta que o fortalecimento das capacidades dos sujeitos locais de dialogarem entre si, visando a construção de consensos e acordos que mediem o uso dos espaços públicos e dos recursos locais, abre espaço para a construção conjunta de valores que possibilitarão mudanças do contexto social.

Para a bióloga e educadora Dalva Bonotto (2008), trabalhar a construção de valores possibilita desenvolver três dimensões concomitantemente: (a) promove reflexões e questiona concepções e visões previamente concebidas; (b) propicia o envolvimento, identificação e fortalece laços de pertencimento; e, (c) favorece a execução de ações coletivas. A autora destaca que “valores são construídos na interação entre um sujeito imbuído de razão e emoções e um mundo constituído de pessoas, objetos e relações” (Bonotto, 2008, p. 319). Desta forma, a autora corrobora com as análises de Luiz Sérgio da Silva que argumenta que “compartilhados, os valores tem dimensão de construção, pois podem unir e acentuar o sentimento de coletividade e expressar convicção de ação” (Silva, 2007, p.14), possibilitando o planejamento de ações coletivas que redesenham o futuro desejado.

Entretanto, em um cenário complexo como o de uma grande cidade, a diversidade de visões presente no território necessita ser trabalhada de modo que as diferentes leituras da realidade possam se manifestar democraticamente estimulando o pertencimento. Ao entrar em contato com o outro, a pluralidade de visões desloca os observadores de suas posições iniciais, permitindo que vejam a realidade de outros pontos de vista. Para viabilizar esse diálogo social, trazendo qualidade e viabilidade ao processo educativo de longo prazo, é preciso mais que fortalecer a diversidade, é necessário intencionalidade para buscá-la.

Cabe destacar que é fundamental garantir, metodologicamente, estratégias que ampliem o diálogo proposto, potencializando a natureza polimórfica da gestão social (Giannella & Batista, 2013). Neste sentido, as metodologias integrativas (Giannella, 2008) são práticas simples que cuidam do indivíduo e do coletivo, trabalhando com as diferenças observadas por meio da aceitação do outro como legítimo. Estas práticas preparam o corpo, a mente e o espírito, abrindo possibilidades para criação de novas conexões, bem como propiciam a integração do ser nos âmbitos individual e coletivo.

Cada cidadão enxerga o mundo de acordo com sua história de vida, sua posição social, suas crenças e convicções. Nos processos socioeducativos que reúnem grupos plurais, esses olhares podem trazer pontos de vista antagônicos e gerar conflitos. Desta forma, as metodologias integrativas viabilizam o diálogo, possibilitando a conversa entre os diferentes, fazendo emergir insumos para a construção coletiva do futuro desejado.

A importância de uma abertura do olhar é destacada pelo psicólogo Luiz Sérgio ao dizer que “Se nós não mudamos o tipo de observador que somos, [não] questionarmos os nossos paradigmas, as nossas certezas, deixaremos de abrir novas possibilidades para nós mesmos. [...] Se concordarmos que conversar é processo característico de nosso trabalho, podemos nos perguntar onde é que aprendemos a conversar com efetividade? Como é que podemos ser

potentes no processo e na relação com o outro, no sentido de explicitar, o que desejamos o que queremos e o que podemos fazer juntos?” (Silva, 2007, p.16).

Diante deste cenário, processos socioeducativos que busquem refletir sobre uma participação tecida em rede e que favoreça espaços menos competitivos e mais solidários, podem delinear os caminhos para uma sociedades mais justas e sustentáveis.

O evolver do Programa Carta da Terra em Ação

Inspirada pela transdisciplinaridade da Carta da Terra, a UMAPAZ reconhece que para uma atuação efetiva numa cidade complexa como São Paulo seria preciso que os princípios e valores deste documento se materializassem para além do discurso. A instituição buscava para si, e para sua programação, uma lógica de atuação integrada e articulada com a comunidade paulistana. Ao adotar a atuação em rede e a Carta da Terra como documento norteador, a UMAPAZ se insere e se apresenta à sociedade como um movimento dentro de um movimento, como um dos elos de uma luta maior por uma convivência sustentável e pacífica.

Em outras palavras, assim como a Carta da Terra desencadeou um movimento de mobilização e ação (Inojosa, 2012), a UMAPAZ, por meio do Carta, reconheceu a importância de propiciar espaços de educação não formal “para que o caminho apontado pela Carta da Terra possa transformar-se em uma possibilidade e uma opção para cada pessoa e grupo integrante da família humana” (Inojosa, Costa & Freitas, 2012, p. 42).

Neste cenário, no ano de 2009, é realizada a primeira turma da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos, do Programa Carta da Terra em Ação. A formação é um curso de 120 horas, aberto a todos os municípios que buscam se capacitar para atuarem como agentes de mudança em suas comunidades. Busca-se “formar agentes socioambientais urbanos, desenvolvendo a capacidade de observação da situação socioambiental, de compartilhamento de conhecimentos sobre possibilidades e modos de vida urbana sustentável e de geração de mudanças” (UMAPAZ, 2009).

“Com esse propósito, a equipe desenhou um programa em módulos, que abordassem os diferentes aspectos da Carta da Terra, estimulasse a reflexão sobre as diferentes dimensões da sustentabilidade, o desenvolvimento da capacidade de observação e crítica da situação e promovessem o compartilhamento e fortalecimento de conhecimentos sobre modos de vida urbana sustentável e pacífica” (Inojosa, Costa & Freitas, 2012, p.51). Antes do Carta a UMAPAZ já desenvolvia outros projetos e ações com intenção educadoras, como, por exemplo, o Gaia Education e o Programa de Difusão da Carta da Terra. Inspirando-se nestes, o Carta trouxe como inovação uma formação socioambiental focada nos conflitos do ambiente urbano da cidade de São Paulo.

Nestes mais de dez anos de programa (2009-2020), é possível identificar duas fases distintas no Carta, que diferem entre si não apenas pela composição da equipe e coordenação, mas pela estrutura, conteúdo e métodos empregados na formação. Na primeira fase do programa - de 2009 a 2013 - a coordenação era compartilhada entre a idealizadora do Carta, Rose Inojosa, e a educadora ambiental Eveline Limaverde.

Nesta fase, ocorriam duas turmas ao ano - uma por semestre - e a carga horária da formação variou entre 100 e 120 horas, distribuídas em uma estrutura majoritariamente fixa, conforme é possível ver na tabela abaixo:

	Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3	Módulo 4	Módulo 5
Turma 01	Carta da Terra	Diversidade Humana e Sustentabilidade	Cultura de Paz e Sustentabilidade	Integridade Ecológica	Outros cursos (20h)
Turma 02	Carta da Terra	Diversidade Humana e Sustentabilidade	Integridade Ecológica	Cultura de Paz e Sustentabilidade	Livre Percurso de Aprendizagem (20h)
Turma 03	Carta da Terra	Integridade Ecológica	Diversidade Humana e Sustentabilidade	Cultura de Paz e Sustentabilidade	Livre Percurso de Aprendizagem (20h)
Turma 04	Carta da Terra	Integridade Ecológica	Diversidade Humana	Cultura de Paz	Planejamento de Projetos
Turma 05	Carta da Terra	Integridade Ecológica	Diversidade Humana	Cultura de Paz	Agenda 21 e Planejamento de Projetos
Turma 06	Carta da Terra	Integridade Ecológica	Diversidade Humana	Cultura de Paz	Planejamento de Projetos
Turma 07	Carta da Terra	Integridade Ecológica	Diversidade Humana	Cultura de Paz	Estudo de Território
Turma 08	Carta da Terra	Diversidade Humana	Integridade Ecológica	Cultura de Paz e Convivência	Planejamento e Futuro
Turma 09	Carta da Terra	Diversidade Humana	Integridade Ecológica	Cultura de Paz e Convivência	Planejamento e Futuro
Turma 10	Carta da Terra	Diversidade Humana	Integridade Ecológica	Cultura de Paz e Convivência	Planejamento e Futuro

Tabela 1: Estrutura da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos ao longo da 1ª fase do Programa. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UMAPAZ.

Nota-se que foi delineada uma estrutura em 5 módulos, subdivididos pelos compromissos éticos da Carta da Terra, sendo que o Módulo Diversidade Humana, representa o compromisso com a justiça social e econômica e o Módulo Cultura de Paz representa o compromisso com a democracia, não violência e paz. O desenho de um curso modular permitia aprofundar a reflexão sobre os princípios da Carta da Terra, relacionando-os ao contexto histórico e às realidades locais.

O Módulo de abertura, Carta da Terra, tinha “o propósito de iniciar o participante na Carta da Terra, tanto no que se refere à visão sistêmica do planeta quanto na dimensão de um manifesto de ética de convivência planetária” (Inojosa, Costa & Freitas, 2012, p.52). Compunham esse módulo encontros sobre a origem e desenvolvimento do Planeta Terra e da Vida e sessões que proporcionaram reflexões sobre a pressão que o ser humano exerce no planeta.

O segundo, sobre Integridade Ecológica, apresentava as interdependências na teia da vida e as relações desta numa megacidade com a complexidade que São Paulo impõe. Por fim, o módulo apresentava também indicadores socioambientais do município e práticas de análise e interpretação do território por parte dos Carteiros.

O terceiro, sobre Diversidade Humana, era um Módulo para refletir sobre a espécie humana, seus assentamentos, olhando a diversidade cultural como uma riqueza da humanidade. Partia da composição da sociedade paulistana, expandido para a nação brasileira,

até chegar nas discussões sobre cidadania planetária. Também discutia participação e corresponsabilidade.

Por fim, o Módulo sobre Cultura de Paz era focado nas questões de convivência. Apoiava-se no Manifesto 2000³, em diálogo com a Carta da Terra, objetivando viabilizar a mudança do paradigma de convivência vigente. Estes quatro primeiros módulos estiveram presentes durante toda primeira fase do Carta e possuíam carga horária de 20 horas cada.

O quinto módulo foi o que mais sofreu alterações ao longo das turmas, se ajustando e adequando o curso às preocupações e necessidades latentes de uma formação que pretende responder as demandas de capacitação da população e do território. Da 4ª a 10ª turma, o quinto módulo se consolida por trazer aos carteiros as discussões sobre planejamento e visão de futuro. Este módulo se caracterizou por levar aos participantes conceitos e técnicas que lapidassem suas habilidades de realizar diagnósticos para que desenvolvessem o papel de agentes socioambientais. Ao cumprir os cinco módulos, totalizando 100 horas, o participante partia para cumprir sua “expressão da aprendizagem” (TCC), completando a carga horária total da Formação de 120 horas.

Cabe destacar que nas três primeiras turmas da formação a dinâmica de inscrição foi diferente das demais. A inscrição era realizada a cada módulo, sendo o primeiro pré-requisito para cursar os demais. “Cumprida essa etapa [do 1º ao 4º módulo], o participante escolhe, com orientação da equipe de facilitadores, outras atividades para compor o seu livre percurso de aprendizagem, conforme sua linha de reflexão e atuação” (Inojosa, Costa & Freitas, 2012, p.51).

Após cursar as 80 horas oferecidas pela formação e, para completar seu percurso, o futuro Carteiro elegia, dentre os educadores da UMAPAZ, um tutor para lhe orientar na escolha de outro(s) curso(s)/atividade(s) da programação que auxiliassem na abertura do olhar e a desenvolver sua “expressão da aprendizagem”, também chamado de trabalho de conclusão de curso (TCC). Esse TCC consistia na apresentação de um “texto, aula, performance, ou outro formato” (UMAPAZ, 2009) que demonstrasse as reflexões de cada participantes sobre seus processos de aprendizagem e intenções para com o território. O participante tinha até 6 meses para apresentar no “Laboratório Carta da Terra” sua expressão de aprendizagem. Somente após a aceitação dessa devolutiva o participante fazia jus ao certificado de Agente Socioambiental Urbano.

Esta forma de caminhar, diálogo Tutor-Carteiro, exercitava fortemente valores da Carta da Terra como autonomia e corresponsabilidade, porém durou apenas três turmas, entre os anos de 2009 e 2010. A partir da quarta turma a figura do tutor e do Livre Percurso de Aprendizagem⁴ saem da formação, porém o Livre Percurso de Aprendizagem se consolida como metodologia trabalhada pela UMAPAZ como um todo.

A partir de 2013, com o fim da gestão Serra-Kassab, um período conturbado politicamente se instala na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Foram 5 Secretários de Meio Ambiente e 6 diretorias na UMAPAZ entre os anos de 2014 e 2017. Muitos funcionários comissionados são exonerados na troca de gestão e, em 2014, a coordenação do Carta é trocada. Duas educadoras ambientais que já integravam o quadro da UMAPAZ e de palestrantes convidadas do Carta assumem o programa. Estas educadoras possuíam forte experiência em cursos focados em articulação territorial e emprestam essa vivência ao programa, para sua reformulação.

Nesta segunda fase do Carta, de 2014 a 2020, no que tange a estrutura, a formação deixa de ser dividida em módulos sequenciais, em referência aos princípios da Carta da Terra, e

passa a adotar ciclos de aprendizagem que se retroalimentam num movimento espiralado. A espiral é um movimento infinito onde uma parte está contida na outra e integram-se dinamicamente. O conhecimento assim se desenvolve, espiralando. O Carta reforça, ainda mais, a visão de uma educação integral, onde os temas são revisitados e se renovam com a troca, a experimentação, o envolvimento e a autonomia (UMAPAZ, 2014). Segundo Roberto Otsu, os ciclos “são necessários para que aconteça a renovação da vida. Sob um aspecto, existe retorno a um ponto de referência, mas, por outro, nada permanece igual” (Otsu, 2006, p.7).

Outra característica marcante na segunda fase do Carta é a inclusão da autogestão e da corresponsabilidade como pontos fundamentais da metodologia da formação. Logo no Módulo Introdutório, a metodologia do curso é apresentada e os participantes são convidados a se subdividirem em Grupos de Responsabilidade, de acordo com suas preferências. Os cinco grupos são:

(1) Organização: responsável por ajudar a coordenação na organização da infraestrutura da formação. Os integrantes deste grupo chegavam pouco antes dos encontros começarem e auxiliavam na arrumação da sala em círculo, colocando de quadros de avisos, separação de materiais que seriam utilizados no dia, organização das saídas do ciclo de Experiências de Transformação na Cidade e de caronas solidárias. Enfim, tudo que auxiliasse no melhor andamento da formação.

(2) Sistematização: responsável pelo contato com palestrantes convidados, recolhendo apresentações utilizadas durante os encontros, sistematizando anotações e materiais de apoio e compartilhando com todos os demais participantes.

(3) Avaliação: responsável por cuidar de processos avaliativos durante o período da formação. Se preocupa com acertar os passos do grupo no decorrer do processo. Se dedica a avaliar menos o palestrante e mais a conduta do próprio coletivo, discutindo com o grupo como adequar impasses que surgem durante a formação.

(4) Lanche: responsável por fazer dos intervalos do curso também momentos de aprendizagem coletiva. Durante toda a formação o grupo é convidado a fazer lanches colaborativos, onde um pequeno grupo faz rodízio para trazer alimentos e bebidas para todo o coletivo. O grupo do lanche organiza esse rodízio, monta e desmonta o espaço de alimentação, além de cuidar dos resíduos gerados pelo coletivo. Os resíduos orgânicos eram levados para compostagem na própria UMAPAZ.

(5) Tempo: responsável por manter andamento do planejamento da aula. Os integrantes deste grupo mantinham contato com o palestrante, auxiliando-o a iniciar e terminar suas falas e dinâmicas propostas, no tempo adequado. Outro ponto importante de atenção deste grupo era o cuidado com os tempos de fala de cada participante, para que todos tivessem assegurados seus espaços de fala.

Estes grupos de responsabilidade eram apresentados logo no início da formação e, durante o Módulo Introdutório, havia um espaço reservado para que os participantes pudessem conversar entre si nos grupos, e entre os grupos, para proporem e adequarem como a formação caminharia naquela turma em específico. Estes acordos coletivos demandam tempo e é preciso garantir, na estrutura do curso, momentos para testar e, por vezes fracassar, nas propostas de gestão que emerge naquele coletivo. Não cabia a coordenação vetar previamente as proposições, cabia acompanhar o processo e cuidar para que os ganhos e frustrações fossem trabalhados da melhor forma por todo o coletivo.

Esses momentos de diálogo, partilha e acordos ocorrem nas Assembleias diárias que acontecem nos inícios dos encontros. Durante o Módulo Introdutório, essas assembleias são voltadas a construção de consensos, porém durante o decorrer do curso elas funcionam como espaço aberto e seguro para ajustar e encaminhar questões de convivência, divulgar informes e compartilhar ideias e propostas de ações socioambientais. Acredita-se que estes momentos de vivências em coletivo, proporcionados pelas assembleias, fortalecem o senso de pertencimento, corresponsabilização e incentivam o protagonismo do futuro carteiro.

Além dos grupos de responsabilidade e das assembleias, outra grande marca da segunda fase é estruturação da formação em Ciclos de Aprendizagem. Os conteúdos de cada ciclo são apresentados ao público de maneira não sequencial. “Cada um deles traz elementos que, combinados, constroem uma teia de possibilidades para transformação socioambiental da cidade. Eles aparecem de forma não sequencial, entrelaçados e convidam ao aprendizado em espiral” (UMAPAZ, 2015). A figura abaixo ilustra como os ciclos ocorrem de modo síncrono. Com exceção do Módulo Introdutório, não se finalizam as aulas de um ciclo para iniciar o próximo. A organização das aulas se dá de forma intercalada: primeiro um encontro do ciclo bases, depois uma do ciclo ferramentas, seguido por um do ciclo cidades, etc., até que toda a carga horária de 100h seja completada.

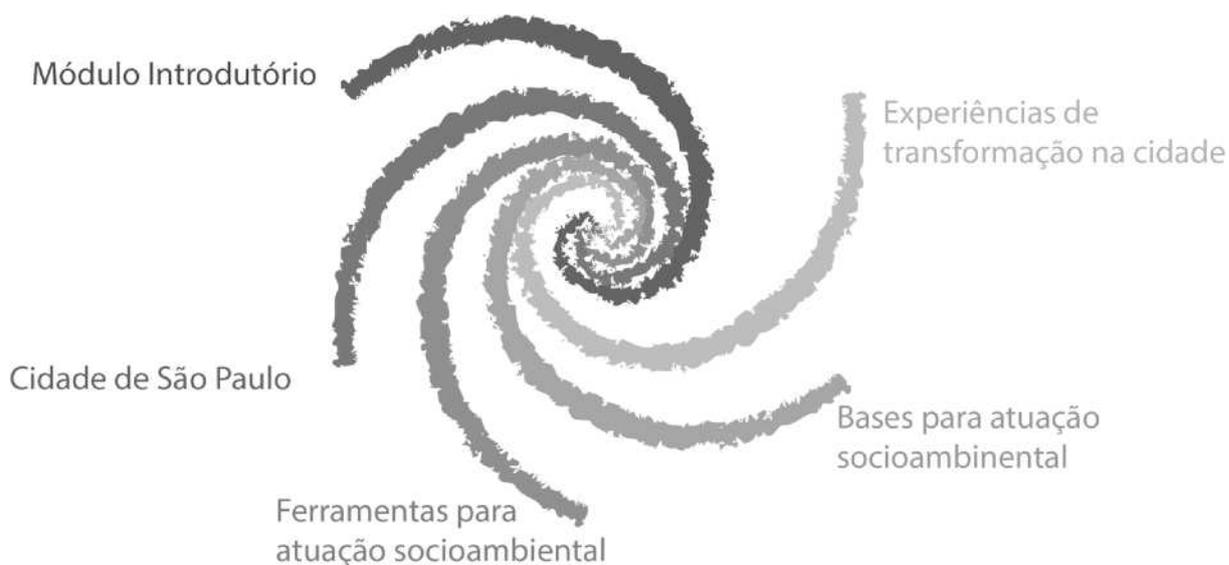


Figura 1: Estrutura da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos ao longo da 2ª fase do Programa. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UMAPAZ.

O Módulo Introdutório apresenta os pilares sobre o qual o Carta e a Formação de Agentes Socioambientais Urbanos se constituem. São eles: a Carta da Terra, Agenda 2030, a cidade sob a ótica da complexidade, a Cidade Educadora e a Educação Ambiental crítica e emancipatória. Já os temas que compõem os encontros dos demais ciclos sofrem pequenas alterações ao longo dos anos.

O ciclo Bases para Atuação Socioambiental estimula o participante a refletir sobre os conceitos (e preconceitos) preestabelecidos que carrega consigo. A aposta é que ao revistar suas bases conceituais, o participante poderá ampliar o olhar e a compreensão sobre as questões socioambientais de sua comunidade, modificando, reformulando ou adequando seu discurso e prática para uma atuação mais aprofundada e embasada.

As leituras sobre a complexidade da cidade de São Paulo são apresentadas no ciclo seguinte. Especialistas em temáticas da vida urbana trazem seus recortes e leituras aprofundadas, porém cabe aos participantes do curso extrapolar a visão fragmentada da cidade, para então, enxergar São Paulo como um organismo único e complexo. Buscar esse olhar integrador permeia todo processo educativo da formação. Desde as aulas do ciclo Cidade de São Paulo até a atuação de agentes socioambiental. O Carta convida cada futuro Carteiro a pensar uma ação socioambiental que, mesmo sobre “um único tema ou ponto de vista, considere a cidade e seus conflitos por inteiro” (UMAPAZ, 2017).

Reverendo as bases conceituais e considerando as problemáticas socioambientais urbanas de forma interligada, o Carta oferece, com o ciclo Ferramentas para Atuação Socioambiental, sessões que aprimorem a “forma de fazer”. De encontros voltados ao aprendizado e exercício do Diálogo e de ferramentas de cultura de paz, à encontros para exercitar o planejamento da intervenção no território, a proposta deste ciclo é ampliar a caixa de brinquedos e de ferramentas⁵ de todos os participantes.

Por fim, o ciclo Experiências de Transformação na Cidade é o mais diverso em formato e conteúdo. Ele leva os participantes a experimentarem a cidade e seus atores na prática. A cada sábado o ciclo conduz os Carteiros a locais onde intervenções dos mais variados tipos estão ocorrendo. De hortas comunitárias, a expedições em busca dos rios ocultos, passando por observação de fauna silvestre e ocupação da câmara legislativa. Muitas são as possibilidades de transformação que estão dando frutos espalhadas por São Paulo e o Carta acredita que vivenciar essas experiências estimula os agentes a encontrarem ranhuras em seus territórios para promover mudanças locais.

Uma vez que os conteúdos estão distribuídos em espiral, é preciso algo forte e consistente para integrar e costurar todos esses saberes. “Nesta teia de ciclos, elementos, conteúdos e reflexões, o ato ou efeito de integrar, de tornar inteiro, ocorre pelas Práticas Integrativas. Elas estão em quase todos encontros e tem como objetivo recompor as dimensões emocional, mental, física e espiritual [do ser humano], promovendo abertura e envolvimento para o aprendizado” (UMAPAZ, 2016). Estas práticas compõem as metodologias integrativas e acontecem no início de cada encontro, após a assembléia. Com atividades simples e rápidas é possível promover o reconhecimento do grupo e fortalecendo a capacidade de escuta e fala do grupo.

Assim como a estrutura do curso se adaptou ao longo dos anos para melhor atender a crescente procura pela formação e as diversas necessidades do público, as 16 turmas da Formação também sofreram alterações e foram oferecidas em horários e dias da semana variados. Desta forma, ocorreram turmas matutinas, vespertinas, noturnas e em período integral durante a semana e aos finais de semana. Ao ofertar a formação em horários variados, a diversidade do público pôde ser atendida. É possível observar, com base nas fichas de inscrição, que turmas noturnas e aos finais de semana acolhem interessados de áreas diversas, sendo caracterizadas por extrapolar pessoas ligadas diretamente a área ambiental. O Carta sempre considerou esse olhar ampliado sobre o público uma meta a ser perseguida.

Para melhor se adequar aos deslocamentos dos participantes, os encontros das turmas noturnas eram mais curtos. As turmas matutinas e vespertinas tinham aulas de 4 horas de duração por dia, e as noturnas, 3h ou 3,5h.

Período	Turmas
manhã	1, 3, 5, 6, 9, 11
Tarde	8
noite	2, 4, 10, 12, 13, 14, 16
Integral	7, 15

Tabela 2: Distribuição das turmas. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UMAPAZ.

Desde o princípio, o Carta foi desenhado para que o participante reforçasse ou redescobrissem o sentimento de pertencimento e interdependência com toda comunidade da vida⁶, bem como para que pudessem trabalhar os princípios éticos que permeiam esta teia: respeito a todas as formas de vida, cooperação e solidariedade.

Reconhecendo que todos trazem consigo uma bagagem de saberes, a abordagem metodológica do Carta procura promover o diálogo entre (a) as diversas visões dos participantes, (b) informações atualizadas sobre a sustentabilidade urbana dos territórios de São Paulo, e (c) a contribuição técnica de pesquisadores e especialistas convidados sobre os temas tratados ao longo da formação. “Com isso busca capacitar pessoas para que produzam os nexos necessários à compreensão da situação socioambiental, do cenário de mudanças climáticas e, sobretudo, das possibilidades de mudanças paradigmáticas” (Inojosa, Costa e Freitas, 2012, p.54).

Na primeira fase do programa, a abordagem dos temas era majoritariamente feita por educadores integrantes da UMAPAZ, que de forma conjunta criaram a proposta de conteúdo da formação. Segundo a idealizadora do Carta, Rose Inojosa, “os temas são apresentados ao grupo, por meio de estratégias de ensino-aprendizagem que trabalham com a *caixa de brinquedos* de cada um, por meio de vivências, de atividades lúdicas e criativas, e com a *caixa de ferramentas*, oferecendo instrumental para a ação” (Inojosa, 2012, p.55). Buscava-se desta forma a construção do conhecimento entrelaçando razão e sensibilidade.

Na segunda fase do Programa, a estratégia de ensino-aprendizagem segue a mesma, porém os palestrantes, em sua grande maioria, são profissionais convidados de outras instituições. Com essa mudança buscou-se trazer ao Carta inovação e pluralidade de visões.

Cursada a etapa presencial da formação (entre 80h e 100h), os futuros Carteiros são convidados a implantarem uma ação socioambiental em suas comunidades, que expresse o aprendizado de sua jornada. Essa ação poderia ser desenvolvida individual ou coletivamente e devia ser apresentada em um Laboratório Carta da Terra, no prazo de 6 meses, na primeira fase do Carta, e de 3 meses na segunda fase.

Segundo levantamento interno do Carta, as ações desenvolvidas pelos carteiros são bem variadas tanto no que se refere às temáticas, quanto aos locais em que foram desenvolvidas, bem como ao público focalizado nas ações. Com relação ao local, mais de 45% das ações são desenvolvidas em áreas públicas como praças, parques, ruas, espaços livres; já outros 20% são desenvolvidas em equipamentos públicos como Escolas, Unidades Básicas de Saúde, Centros da Criança e do Adolescente e Bibliotecas.

Com relação ao público, mais da metade das ações, 54%, foram dirigidas e beneficiaram a comunidade local e outros 12% tinham como foco a comunidade escolar. As demais ações foram direcionadas a usuários de parques, conselheiros de meio ambiente, comunidades indígenas, funcionários de empresas, comunidade religiosa, catadores, etc.

Por fim, quanto a macro temáticas desenvolvida nas ações, destaca-se que 33% delas versam sobre áreas verdes, 22% fortalecem processos educativos, 11% sensibilizam e promovem mudanças com relação aos resíduos sólidos e outros 8% trabalham com valorização da cultura. Outros temas abordados referem-se a conscientização sobre a água, sobre mobilidade urbana, promoção em saúde e promoção de uma cultura de paz.

Os participantes passam de 6 a 12 meses conectados pelo programa, vivenciando diversos momentos e experiências significativas, possibilitando que laços de pertencimento a uma comunidade sejam formados entre os Carteiros. É possível notar, por meio dos grupos criados no *Facebook* e *WhatsApp*, que mesmo após o fim da formação, muitos participantes seguem trocando mensagem e convites para atividades, alimentando um sentido de comunidade entre eles.

Sujeitos com histórias de vida diferentes, ideologias e visões políticas muitas vezes contraditórias se escutam e se reconhecem como sujeitos de direito. Reconhecem e legitimam a potencialidade que é trabalharem em conjunto por seus territórios, sem que um queira transformar as convicções ideológicas do outro. Para que este ambiente fosse criado e mantido ao longo de toda história do Carta, nota-se que alguns traços metodológicos permeiam a trajetória do programa, como, por exemplo as metodologias integrativas empregadas nas aulas.

Dentre as práticas integrativas vivenciadas na formação, destaca-se o papel das Danças Circulares que educam para sensibilidade e expressão corporal e preparam o corpo e a mente para os conteúdos trabalhados nos encontros. Elas contribuem também para o exercício da convivência pois “ao dançar cada um é aceito com suas habilidades e desafios, mas também é convidado a trabalhar em parceria e conjunto, refletindo, caminhando, cantando, dançando... o grupo vai se construindo além da somatória de cada indivíduo que o compõe” (Gomes, 2012, p.184). Estes momentos de aprendizagem lúdica são muito importantes para harmonizar estes grupos compostos por pessoas com histórias e visões muito diversas.

Muitos foram os ganhos conquistados ao longo do programa. Em especial, a primeira fase traz para UMAPAZ, como grande inovação, o convite para que cada carteiro devolva à cidade uma expressão do seu processo de aprendizagem, fortalecendo protagonismo e a ativação da cidadania. Outro ponto forte do programa foi a persistência das primeiras coordenadoras em promover a constância da formação. Esse esforço gerou, por um lado demanda, que constantemente acionava a UMAPAZ em busca de novas turmas. Por outro lado, a cada turma realizada, o sentimento de pertencimento a uma comunidade era fortalecido. Estes dois processos paralelos asseguraram que, mesmo nos momentos de maior fragilidade institucional, o Carta tivesse apoio de uma rede de sustentação que legitimava sua permanência na UMAPAZ.

Por outro lado, o fortalecimento do Carta internamente durante a primeira fase, deu-se muito em função da maioria dos palestrantes serem da própria UMAPAZ. Se por um lado isso fortalece o programa, por outro, algumas temáticas não eram abordadas da melhor maneira ou pelos melhor palestrantes possíveis. Com a segunda fase do programa, entende-se que internamente o Carta já atingiu um patamar de relativa tranquilidade e amplia-se essa questão abrindo o leque para mais palestrantes convidados. Este movimento além de conferir qualidade em algumas temáticas, auxilia a expandir o Carta para outras redes, pois os novos palestrantes auxiliam na divulgação da formação para outros públicos.

Por outro lado, essa abertura para fora afasta, aos poucos, o Carta do corpo diretor da UMAPAZ. Este processo começa ser visto atualmente como um ponto frágil do programa

dentro da instituição. Cabe, portanto, atenção da coordenação para reequilibrar as forças e assegurar a rede de apoio ao programa dentro e fora da UMAPAZ.

Outro avanço que a segunda fase traz são as assembleias e os grupos de responsabilidade. Tais inovações tornam a formação mais viva e adequada aos anseios de cada turma, pois, com base no esqueleto inicial, os participantes moldam a formação para atender as especificidades de cada coletivo. Além de propiciar intensos processos de escuta, corresponsabilização e tolerância.

Conclusão

As mudanças ocorridas ao longo das 16 turmas do Programa Carta da Terra em Ação garantem que este seja um programa de educação socioambiental vivo e atual no fomento de uma cidade mais justa e sustentável. Ao longo de sua trajetória, nota-se que o Carta alicerçou, primeiramente, seu principal produto, a Formação de Agentes Socioambientais Urbanos, nos valores e princípios elencados pela Carta da Terra. Difundir, aplicar e tornar os valores contidos neste documento orientou a prática na primeira fase do programa.

Em sua segunda fase, o Carta questiona-se sobre os futuros possíveis e desejáveis para uma cidade complexa como São Paulo e, a partir daí, em conjunto com os participantes, preocupa-se em identificar as principais potencialidades dos territórios para, em seguida, identificar as parcerias e soluções necessárias para fortalecê-los. O Programa Carta da Terra em Ação entende que somente aquecendo e alimentando incessantemente essa teia diversa de sujeitos atuantes é possível transformar São Paulo e caminhar para a mudança paradigmática do convívio a que se propõe: uma convivência sustentável e pacífica.

Notas

1. É importante destacar aqui a relação de uma das autoras com o objeto desta pesquisa. A autora está vinculada com o referido programa desde 2010 enquanto palestrante convidada, sendo que, em 2014, assume sua coordenação. Devido esta proximidade, análises de documentos internos da administração pública, bem como detalhes referentes às reuniões de planejamento, articulações com parceiros e participantes, dinâmicas das aulas e processos avaliativos trouxeram para a pesquisa realismo e detalhes do contexto no qual o programa foi desenvolvido ao longo dos anos.
2. Segundo a fundação SEADE (<https://www.seade.gov.br/>) - a população estimada da Cidade de São Paulo é de 11.869.660 habitantes.
3. Para maiores informações sobre o Manifesto 2000, acesse http://www.comitepaz.org.br/o_manifesto.htm.
4. A metodologia do Livre Percurso de Aprendizagem possibilita ao indivíduo experimentar vivências baseadas na integralidade do ser, onde corpo, pensamento e sensações “se manifestem espontaneamente no processo de aprender, de construir conhecimentos, por meio de fazeres e saberes (...). À medida que inicia qualquer atividade de aprendizagem na UMAPAZ o indivíduo pode ir despertando e relacionando necessidades e desejos de aprender, numa crescente interação, ajustando os desejos à sua inquietude, fazendo sua livre escolha de como quer estar na vida” (Inojosa, 2012, p. 37).
5. Metáfora elaborada por Rubem Alves “Caixa de brinquedos e Caixa de ferramentas” pode ser encontrada no site www.rubemalves.com.br/resumindo.htm.

6. A Carta da Terra, ao se referir a toda biosfera, utiliza o termo Comunidade da Vida. Neste sentido, o documento explicita a responsabilidade de todos, uns para com os outros, com as outras espécies e com as gerações futuras.

Referências

- Bindé, J. (2003). Complexidade e crise da representação. Candido Mendes (org.), 7.
- Bonotto, D.M (2008). Educação Ambiental e Educação em Valores em um programa de formação docente. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 7(2), 313-336.
- Brandl, R., Alvarado, A., & Peltomaa, A. (2019). Evaluating efficacy of environmental education programming. *School Science and Mathematics*, 119(2), 83-93.
- Gadotti, M. (2010). A Carta da Terra na educação. Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Livros.
- Giannella, V. (2008). Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social. In: *Os desafios da formação em Gestão Social. Palmas (TO): Provisão*, 11-36.
- Giannella, V., & Batista, V. L. (2013). Metodologias integrativas: tecendo saberes e ampliando a compreensão. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 2(3).
- Gil AC (1991) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Atlas. São Paulo, Brasil. 175 pp.
- Gomes, E.M.G.P. (2012) Danças Circulares como Metodologia Integrativa nos Programas de Formação da UMAPAZ. In: *Aprendizagem socioambiental em livre percurso: a experiência da UMAPAZ*. São Paulo: SVMA/PMSP, p.181-
- Inojosa, R. (2012) *Aprendizagem socioambiental em livre percurso: a experiência da UMAPAZ*. São Paulo: SVMA/PMSP.
- Inojosa, R.; Costa, E.; Freitas, M.C. (2012). Carta da Terra em Ação em São Paulo. In: *Aprendizagem socioambiental em livre percurso: a experiência da UMAPAZ*. São Paulo: SVMA/PMSP, p.40-61.
- Klopp, J. M., & Petretta, D. L. (2017). The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. *Cities*, 63, 92-97.
- Ludke, M., & Andre, M. (2013). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora EPU.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Carta da Terra. Recuperado de <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cartadaterra.pdf>
- Otsu, R. (2006). *A sabedoria da natureza: taoísmo, I Ching, Zen e os ensinamentos essenciais*. Editora Agora.
- Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). Programa Carta da Terra em Ação. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/programa_carta_da_terra_em_acao/index.php?p=231658.
- Santos, M. (1999). A guerra dos lugares, in: Folha de São Paulo. Caderno Mais, 8/9/1999.
- Silva, L.S. (2007). Reflexões sobre uma experiência de cidadania ativa no espaço da gestão pública. *Cidadania ativa na prática: contribuições da Psicologia e da animação sociocultural*, 5, 13-18
- Stern, M. J., Powell, R. B., & Hill, D. (2014). Environmental education program evaluation in the new millennium: what do we measure and what have we learned?. *Environmental Education Research*, 20(5), 581-611.
- Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (2009a). Folder da 1ª turma da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos. São Paulo: UMAPAZ.

- Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (2009b). Folder da 2ª turma da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos. São Paulo: UMAPAZ.
- Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (2014). Folder da 11ª turma da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos. São Paulo: UMAPAZ.
- Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (2015). Folder da 12ª turma da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos. São Paulo: UMAPAZ.
- Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (2016). Folder da 13ª turma da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos. São Paulo: UMAPAZ.
- Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (2017). Folder da 14ª turma da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos. São Paulo: UMAPAZ.
- Vallés, M. (1997). Técnicas de investigación social: Reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis